



JORNAL DA RUA: UMA EXPERIÊNCIA DO JORNALISMO E DA CIDADANIA COMO EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Profa. Maria Cristina Leite Peixoto

Profa. Adélia Barroso Fernandes

Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH¹

Resumo: Esse artigo discute o papel do Jornalismo na constituição da cidadania na sociedade contemporânea, especialmente a partir das concepções de espaço público e de Jornalismo cívico ou público. O Jornalismo é um espaço no qual atores sociais e instituições apresentam seus pontos de vista e proposições, para serem amplamente debatidos. Além disso, o fazer jornalístico está em debate, com o aparecimento do conceito de jornalismo público, que pretende acionar empresas jornalísticas, jornalistas e escolas de Jornalismo a assumirem um papel mais ativo na transformação social. Além disso, esse artigo apresenta o trabalho do grupo de pesquisa do UNI-BH, envolvendo professores e alunos na elaboração do Jornal da Rua, uma prática do Jornalismo cívico, que tenta romper com o modo tradicional do fazer jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo Público, Cidadania, Jornal da Rua

¹. Cristina Peixoto é socióloga, pesquisadora do Grupo Jornalismo e Cidadania do UNI-BH, Belo Horizonte MG e doutoranda de sociologia da UFRJ. Adélia Fernandes é jornalista, pesquisadora do grupo Jornalismo e Cidadania do Uni-BH, MG e mestre em comunicação pela UFMG.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação para a Cidadania**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



1. O Jornal da Rua

O grupo de pesquisa Jornalismo e Cidadania do Centro Universitário de Belo Horizonte, UNI-BH, está produzindo desde agosto de 2001 o Jornal da Rua. Esse jornal pretende aliar de forma mais concreta as discussões teóricas do grupo sobre Jornalismo e cidadania e o fazer jornalístico.

O crescente interesse pela comunicação como objeto de pesquisa surge principalmente porque a comunicação midiática tornou-se importante na constituição da sociedade contemporânea e poucos são os temas e os problemas atuais que não passam por ela. Entender o grau de influência do jornalismo no processo de formação de valores individuais e coletivos ou a maneira como o jornalismo participa dessa construção geral dos sentidos que circulam na sociedade, sobretudo aqueles ligados à cidadania, é uma das preocupações mais constantes do projeto em questão.

O uso do termo cidadania representa no mundo atual um dos exemplos marcantes da imbricação entre jornalismo e sociedade. Dela se fala muito e, ainda que haja algo de louvável nisso, “a idéia de cidadania costuma servir de pau para toda obra”, tal como afirma Domingues (2001:13). Porém, corre-se o risco de que o conceito se torne vazio pelo uso intensivo, podendo se diluir e passar a servir a propósitos distintos daqueles ligados aos direitos e deveres dos cidadãos numa sociedade democrática.

O uso constante no jornalismo do termo, além de estimular as investigações sobre o processo de circularidade entre o jornalismo e as diferentes reivindicações por cidadania, incentiva a elaboração de propostas de caráter mais prático que criem a possibilidade de ir além do discurso. Se para respondermos às questões que giram em torno da correlação entre os discursos que a mídia apresenta e o ritmo de produção de sentidos elaborado pelos atores sociais, optamos inicialmente por acompanhar a visibilidade na imprensa e o tratamento dado aos problemas relacionados à violência infantil, buscamos agora criar algo mais abrangente e de caráter mais prático.

O desafio inicial de entender o processo de reflexividade - a capacidade que os homens têm de monitorar sua própria conduta, voltar-se sobre as próprias criações, repensá-las, modificá-las - que se verifica nas relações existentes entre a imprensa e a sociedade, estende-se agora numa proposta que visa criar um espaço jornalístico que busque promover o



exercício da cidadania através da participação dos próprios sujeitos, normalmente considerados objetos e fontes de notícias, em autores e co-autores de textos, juntamente com estudantes de graduação. Esta proposta é a edição do *Jornal da Rua*.

O “Jornal da Rua” faz parte de um projeto inicialmente elaborado em meados do ano 2000 pela equipe da Beagaia, organização não governamental belorizontina de caráter ambiental. Essa equipe, composta por professores universitários da cidade, formava um núcleo interuniversitário responsável pelo primeiro número do jornal, cuja elaboração contou com a participação de estudantes de graduação de várias áreas e instituições superiores de ensino (UNI-BH, UFMG, PUCMinas, Unicentro Newton Paiva, Fumec, Isabela Hendrix). A partir do número dois o UNI-BH assume a elaboração do Jornal da Rua com a participação de duas professoras do curso de Jornalismo, quatro alunos bolsistas e dois alunos voluntários.

O jornal é uma publicação cuja temática se relaciona com o espaço urbano, a cidade, seus modos de vida e sua gente. Os principais objetivos do Jornal da Rua são:

- Criar um canal de comunicação com enfoque social, colocando em prática um modelo interdisciplinar/interinstitucional de cooperação.
- Criar um espaço de discussão e reflexão crítica sobre os processos de trabalho extra-acadêmicos, complementar à formação universitária.
- Possibilitar o contato direto dos estudantes com a realidade social, estimulando seu interesse por esse contexto.
- Instrumentalizar os futuros profissionais, para que possam melhor compreender os mecanismos de organização e de desenvolvimento social.
- Praticar a extensão universitária como parte integrante das atividades de ensino e pesquisa.
- Promover o reconhecimento de outras formas de saber além da acadêmica e o confronto comunicativo entre elas.
- Criar um jornal que possa servir como referência didática.
- Criar um espaço que pessoas que geralmente não têm lugar na grande mídia, possam se expressar.
- Contribuir para ampliar o espaço de participação social de grupos excluídos.



- Contribuir para a promoção da tolerância e solidariedade social através do diálogo entre setores sociais distintos.

O jornal é por estudantes universitários e por atores comumente excluídos da grande imprensa, divulgando sua visão e perspectiva da cidade e de seu meio ambiente. Propõe-se o formato tablóide, 12 páginas, periodicidade semestral, para os dois primeiros números elaborados com os bolsistas de Iniciação Científica do projeto “Jornalismo e cidadania” , e tiragem inicial é de 1.000 exemplares.

O jornal interessará a um público amplo, constituído de estudantes, agentes culturais, formadores de opinião, categorias profissionais mais diretamente ligadas à rua e terá espaço para publicidade. A proposta é de que a circulação do jornal se dê através de venda avulsa, com parte da renda revertida para projetos sociais voltados para meninos de rua.

2. A reflexividade social da mídia

A concepção de comunicação que orienta o trabalho do grupo responsável pelo projeto “Jornalismo e cidadania” apóia-se na idéia da existência de um lugar social comum, compartilhado, em que os homens constróem a coletividade a partir de suas diferenças e pluralidades, fazendo, daí, emergir um mundo humano imprevisível. A comunicação constitui espaço simbólico de trocas e disputas de sentidos do social, elaborado de modo permanente e inédito pelos sujeitos em interação. Por meio da comunicação entre os homens a vida social é feita e é a vida social que configura a comunicação.

A comunicação, de um modo geral, e o jornalismo, de modo específico, institui as relações e é por elas instituído, participando de forma reflexiva da construção social. O seu papel não se restringe às possibilidades do encontro para produção de sentidos, mas significa também um espaço para que esses sentidos sejam conferidos, discutidos e reformulados.

Um dos espaços públicos de maior visibilidade hoje é a mídia. Nela os assuntos, questões, acontecimentos e atores sociais têm a chance de serem vistos e conhecidos por um grande número de pessoas e, com isso, ampliam-se os limites originais dos debates.

Se os homens querem trocar experiências, compartilhar projetos, idéias e fatos, eles devem torná-los aparentes. A aparência, a visibilidade, a divulgação dos fenômenos faz com



que os homens tomem parte na mesma realidade. Viver com os outros requer referências concretas de que vivemos o mesmo mundo, o mesmo tempo.

A confirmação dada pelo testemunho do outro, mesmo que numa outra versão, um outro olhar, certifica-nos de que o fato aconteceu para "nós" e não só para "mim". O mundo comum não é o da intimidade, dos pensamentos não mostrados, das emoções indescritíveis, mas, ao invés disso, é constituído pelo coletivo e pelas trocas essenciais para a construção e reformulação do senso comum.

Unidos diante de fatos que são comuns, os homens podem apresentar seus diversos entendimentos a respeito deles, construindo, assim, uma sociedade diferente a cada instante. O convívio, a experiência, a troca, as interações sociais são impossíveis sem este mundo comum, pois é nele que as pluralidades podem se apresentar e elaborar o novo. O mundo comum é o lugar da pluralidade humana, na medida em que possibilita a cada um ver o fenômeno tornado público de uma perspectiva diferente e, assim, manifestar-se também de modo diferente sobre as coisas. (Cf. Berger e Luckmann, 1995)

A diferença entre os homens torna o discurso e a ação meios de entendimento mútuo. Nos espaços múltiplos, plurais, abertos, dinâmicos - as esferas públicas -, os diferentes segmentos sociais construirão os diversos sentidos de cidadania, farão circular linguagens que carreguem as suas experiências e disputarão entendimentos sobre novos direitos. O jornalismo tem um papel de reflexividade central importante para essa situação.

A produção de sentidos elaborados pela sociedade tem a participação ativa do jornalismo. Não se pode falar em produção discursiva, em esfera pública moderna, sem indagarmos o papel que a mídia ocupa nesse processo, já que praticamente todos os espaços socioculturais e mesmo as interações simples cotidianas estão permeadas por elementos discursivos presentes na mídia. Portanto, a mídia pré-estrutura a esfera pública, promovendo interações para além do espaço físico, ampliando a visibilidade dos temas e acontecimentos, aumentando a circulação e a reflexividade entre as produções simbólicas e colaborando para a existência de uma democracia de massa.

A mídia não é, evidentemente, o único espaço público, mas na atualidade é o que dá maior visibilidade às questões, conduzindo temas para outras esferas e promovendo um debate mais ampliado. Como já enfatizado, a mídia constitui-se numa instituição principal da esfera pública, permitindo que um número potencialmente irrestrito de pessoas possam



discutir assuntos da atualidade.

Os discursos que aparecem na mídia fazem parte de um processo de reflexividade social, e não podemos estabelecer um limite rígido para determinar o início das produções de sentidos. Tanto os jornalistas utilizam-se dos conhecimentos comuns que circulam na sociedade para abordarem um tema, como também os leitores comuns de jornais absorvem e reelaboram conhecimentos, incorporando-os nas suas práticas cotidianas e, por vezes, modificando-a.

Desse modo, lembramos que aqueles que produzem jornais são também receptores ao lerem outros jornais, ao assistirem televisão, ao ouvirem rádio, ao lerem livros e ao estabelecerem *interações face a face*. E os receptores dos produtos midiáticos têm acesso a várias fontes de conhecimento, e participam de diversas relações em ambientes distintos, onde elaboram múltiplos sentidos sobre a vida social.

A mídia referencia-se, pois, nas construções de sentido realizadas pelos grupos, atores sociais, representantes do aparato estatal-administrativo, representantes do setor econômico, da sociedade civil, personalidades e anônimos, e é também referência para os processos coletivos de produção de sentidos. A comunicação midiática tem uma natureza paradoxal (CASTRO, 1997), instituindo formas de interação social e sendo por elas instituída. A mídia, ao fazer circular os inúmeros discursos, provoca constante reorganização reflexiva da sociedade.

"(...) os padrões de sociabilidade vigentes e em constituição, oriundos das próprias transformações da sociedade, explicam, mas também são explicados pela nova configuração mediática. Trata-se portanto, de uma relação marcada por circularidade e não causalidade ou por determinação." (Castro, 1997:116).

Tal processo de reflexividade é importante na dinâmica social. Os conflitos existentes nos sub-sistemas aparecem no cenário midiático e retornam à sociedade, onde são eventualmente reelaborados e, novamente, aparecem na mídia, e assim sucessivamente. A mídia apresenta-se, portanto, como esse espaço dinâmico, religando o sujeito ao coletivo, os grupos ao espaço público, os grupos a outros grupos. Assim, a mídia oferece um rico mosaico de temas, atores e argumentos que compõem a sociedade numa dada época e torna-se imprescindível para dar uma ordem à complexa e fragmentada sociedade atual.

A princípio, a passagem pela mídia torna-se obrigatória, caso haja interesse em



ampliar-se a discussão ou conseguir novos adeptos para alguma causa. A mídia transforma-se no espaço público central da contemporaneidade, onde questões e atores, das várias esferas do social, distintas e até mesmo conflituosas, aparecem para disputar o apoio da opinião pública. A busca de legitimidade dá-se, muitas vezes, no espaço simbólico da mídia, pois a visibilidade por ela promovida pode capacitar os indivíduos, no contexto prático da vida cotidiana, a articular e tematizar questões novas e imprevistas, relevantes para a sociedade em geral.

Mesmo se na prática as estratégias de funcionamento deixam a desejar para a constituição de um debate crítico racional, o jornalismo tem oferecido uma oportunidade concreta de circulação de sentidos e transformação social. Algumas propostas jornalísticas buscam ser mais incisivas na execução do papel de reforço da cidadania e do aprimoramento do debate e da vida pública (cf. Traquina, 2000 e Eksterowicz, 2001), de forma a envolver cidadãos –jornalistas e leitores comuns – em diálogos que levem à resolução de problemas. Chamado amplamente de jornalismo público ou cívico, “é um movimento muito abrangente, cujo crescente exercício acarreta um certo número de implicações para o público, para o ensino do jornalismo e para a educação, e ainda para o nosso sistema político em sentido lato” (Eksterowicz, 2001:159)

A proposta que aqui se apresenta, ao abrigar estudantes do UNI-BH, tem também por objetivo promover uma adequação das práticas universitárias às discussões atuais sobre educação. Percebe-se, atualmente, uma clara reformulação de diretrizes para a educação e dentre elas destacamos as recentes discussões sobre o papel da universidade na formação de um profissional e cidadão preparado para as exigências do mundo contemporâneo. No caso do Brasil, onde evidenciam-se carências sociais em diversos campos, essas exigências são mais prementes.

3. O fazer jornalístico e a universidade

O *Jornal da Rua* é uma iniciativa de caráter multidisciplinar, que tem por objetivo promover a cooperação entre instituições de ensino superior e a sociedade civil. Para isso, propõe-se trabalhar dentro de um modelo complementar à formação universitária, voltado para a prática concomitante da pesquisa/extensão e para a elaboração e execução de projetos



sociais. Assim, os estudantes serão auxiliados, por meio de um processo ativo, a lidarem com os desafios pelos quais passam as sociedades nas quais futuramente atuarão como profissionais.

O modelo proposto traz como contribuição essencial aos seus participantes, além da experiência multidisciplinar, a aplicação de técnicas e estratégias de atuação conjunta com diversos atores sociais, sobretudo aqueles comumente excluídos dos processos formais, sejam educacionais, produtivos ou associativos, de nossa sociedade.

Em busca de novos olhares e de novas perspectivas que possam se mostrar mais adequados à contemporaneidade, a universidade precisa estar aberta a novas possibilidades de reflexão e prática para não perder o rumo da história. Em um momento de crise paradigmática, não há como trilhar o caminho do conhecimento de modo isolado e absoluto, há sim que se abrir ao embate, pois somente sob essa perspectiva pode-se vislumbrar uma melhor compreensão acerca do mundo em que vivemos. Para o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, para se chegar a uma "universidade de idéias" há que se "promover o reconhecimento de outras formas de saber e o confronto comunicativo entre elas." (1997:224).

A questão da interdisciplinaridade, que há muito vem permeando o discurso e a reflexão sobre o papel da universidade na construção de um mundo melhor, implica a necessidade de se criar formas de trabalho e pesquisa que venham ao encontro de uma sociedade que se mostra muito menos homogênea e igualitária do que antes se havia sonhado. Cursos de pós-graduação e extensão – formas salutares de levar o aluno a pensar sobre o saber e a sua constituição – gradualmente vieram ganhando espaço e, conseqüentemente, fazendo com que esse mesmo aluno flagrasse uma realidade pouco mensurável, pelo menos única e exclusivamente com as técnicas que lhes eram fornecidas. Assim, aos poucos, foi-se percebendo a necessidade de um maior convívio com saberes outros que pudessem contribuir para uma melhor compreensão da realidade.

Nesse sentido, a premência de uma relação interdisciplinar ganha conotações mais amplas: na contemporaneidade, qualquer construção de conhecimento só é efetivada se se fizer plural, o que torna necessária a busca pela convivência com os diferentes saberes, modo multidisciplinar que legitima, não uma epistemologia do conhecimento, vista como paradigmática, mas a coexistência e a concomitância de várias delas.



Desse modo, cabe à universidade atender as demandas tanto internas quanto externas: não é possível deixar de corresponder nem aos anseios dos pesquisadores – frutos do trabalho interdisciplinar – nem à urgência de ações que pressupõem a necessária construção de uma sociedade mais justa.

Belo Horizonte, como a maioria das grandes cidades brasileiras, tem o seu desenvolvimento acompanhado pela deterioração das condições de vida de ampla parcela da população e pelo agravamento dos problemas já existentes. Nesse contexto, surge a necessidade de trabalhar em prol da resolução desses problemas de maneira a envolver os mais diversos atores e instituições sociais, além da atuação governamental. É necessário, que as iniciativas nesse sentido se multipliquem.

No âmbito nacional, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 prevê, referindo-se à educação superior, o estímulo do conhecimento dos problemas do mundo atual, nacionais e regionais e a prestação de serviços à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade. Assim sendo, a promoção da extensão assume fundamental importância, por permitir a difusão dos benefícios originados na universidade, de caráter cultural, científico e tecnológico. As atividades extensionistas devem, entretanto, ser implementadas em parceria com outros órgãos/instituições, tal como recomenda documento da Unesco (UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, 1998), que trata da educação superior.

Segundo o documento, as universidades deverão adotar cada vez mais medidas concretas para reduzir discrepâncias sociais, especialmente implementando ações prioritariamente voltadas para o desenvolvimento sustentável das sociedades.

A Unesco recomenda às instituições de ensino superior o investimento em sua capacidade analítica das tendências sociais, econômicas e políticas emergentes e a ênfase aos enfoques multi e transdisciplinar, voltados para aspectos relacionados à eliminação da pobreza e ao diálogo intercultural.

A proposta ora apresentada se justifica por enquadrar-se na perspectiva adotada pela Unesco, considerando-se que as instituições universitárias têm historicamente assumido papéis diferenciados no que tange às suas relações com a comunidade, adotando preponderantemente os enfoques produtivistas e economicistas (cf. Santos, 1995). Além disso, é preciso levar em conta que as iniciativas das universidades para mobilizar os



conhecimentos acumulados em favor da resolução dos problemas sociais são ainda tímidas em nosso país, face à gravidade da situação nacional.

Baseado nessas premissas, nasceu o Projeto “Jornal da Rua” (a) como possibilidade de interação entre a universidade e a comunidade na qual ela se insere, o que significa a legitimação da necessária troca de conhecimentos entre os vários atores sociais da contemporaneidade; (b) como espaço interrelacional que visa à prática do trabalho e ao intercâmbio de conhecimentos entre alunos de variadas áreas, e futuramente, quem sabe, de diversas instituições de ensino superior ou seja, a efetivação da prática multidisciplinar; e (c) como canal aberto a escutar e a disseminar vozes não-oficiais e saberes reconhecidamente não-científicos, isto é, a coexistência das epistemologias do conhecimento. Para tanto, acredita-se que nenhum outro modo a não ser o processo comunicativo poderia melhor se adequar a essa prática.

A proposta específica de criação de um veículo de comunicação feito pela população da rua mostra sua relevância não só por ser inovadora no Brasil, mas pela oportunidade de abrir um canal participativo para populações excluídas do acesso à cidadania, além de proporcionar aos estudantes envolvidos com o projeto, aos educadores e ao público leitor em geral, a apreensão de experiências múltiplas, modos de vida diversos e outras visões de mundo. As histórias vivenciadas pela população da rua são constitutivas da cidade, ajudam no entendimento dos seus aspectos "oficiais" e "não oficiais" e significam expressões das formas de se organizar, relacionar com os outros, com as instituições e com o espaço público. São também formas de produção de um espaço, constituindo parte de uma história coletiva.

Como afirma Bernet (1996:34), "(...) para aqueles que sobra rua, faltam instituições educativas e recursos de mediação cultural; e para aqueles que sobram estes, falta rua." Este projeto contribuirá com o preenchimento dessa lacuna, uma vez que parte expressiva da população só encontra espaço na mídia eventualmente, como tema de matérias jornalísticas, e nunca como produtora de um discurso, tal como é possível a algumas categorias sociais.

A participação ativa em um canal de comunicação significará a construção de uma referência para a categoria e evidenciará determinadas demandas sociais, podendo estimular novas iniciativas em prol de seu atendimento; favorecerá uma nova postura do restante da sociedade diante dessa população, pelo conhecimento de sua realidade; poderá ainda auxiliar no desenvolvimento da noção de cidadania, a partir da possibilidade de participação e



visibilidade dadas pelo jornal; significará uma fonte de renda para entidades envolvidas com a promoção da cidadania; finalmente, será o exercício da ação comunitária vinculada ao espaço acadêmico, ampliando as trocas com a comunidade, proporcionando a reflexão sobre a realidade social e utilizando os resultados dessa reflexão para novas ações voltadas para as demandas contemporâneas.

4. A prática jornalística e a cidadania dos excluídos

O *Jornal da Rua* é elaborado por estudantes universitários do Uni-bh devidamente orientados por professores. Os estudantes elaboraram, a cada semestre, a pauta do jornal, o planejamento de trabalho, o cronograma das atividades e a avaliação final dos resultados. Não é um trabalho oferecido aos setores sociais menos favorecidos, mas sim feito com a sua participação efetiva.

Para isso, a equipe do projeto “Jornalismo e cidadania” trabalha embasada em pesquisas orientadas para as questões sociais, ampliando o conhecimento dos estudantes sobre a sociedade civil e seus problemas, por meio de “oficinas” e da realização de grupos de estudos permanentes.

Paralelo à pesquisa e à prática cotidiana da discussão teórica haverá o contato orientado dos alunos com os diversos grupos sociais, por meio de suas lideranças formais e informais. Os estudantes discutem os temas do Jornal com vários segmentos sociais, tais como jovens com trajetória de rua, camelôs, trocadores, office-boys, prostitutas, entre outros, definindo o papel de cada um naquela edição e executando com eles todas as atividades de redação, fotografia, publicidade, revisão e distribuição.

A partir do contato inicial com os segmentos sociais que são alvo do nosso trabalho, os estudantes são estimulados e instrumentalizados para organizarem atividades que venham a contribuir para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas e da vida na cidade, por consequência. Podendo, por exemplo, promover debates com adolescentes sobre uso de drogas, sexualidade e formação profissional; ou sobre redução e reciclagem do lixo com camelôs; sobre poluição sonora e visual, direitos sociais e urbanos, etc.

Os estudos e a elaboração do *Jornal da Rua* têm o caráter de empreendimento social, em que o futuro profissional será o seu principal agente e responsável. Dessa maneira,



estamos contribuindo para a formação de uma nova geração de profissionais habituados à prática multidisciplinar, não só sensibilizados, mas também preparados para não negligenciarem os problemas sociais de sua época.

BIBLIOGRAFIA

BARBERO, Jesus Martín. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

BERGER e LUCKMANN. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BERNET, Jaume T. *Cidades educadoras: bases conceituais*. In: Seminário Internacional Cidades Educadoras, Curitiba, 1996, Anais. Curitiba: UNESCO, Universidade Federal do Paraná, Asociación de universidades Grupo Montevideo, 1996.

CASTRO, Maria Ceres P. S. *Na tessitura da cena, a vida*. Belo Horizonte: UFMG, 1992.

DOMINGUES, J. Maurício. *Sociologia e modernidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DIMENSTEIN, Gilberto. *A escola da rua*. São Paulo, 1999. (cópia).

EKSTEROWICZ, Anthony J., ROBERTS, Robert, CLARCK, Adrian. Jornalismo público e conhecimento público. in: TRAQUINA, Nelson. *Revista de comunicação e linguagens*. Jornalismo 2000. Lisboa: Relógio d'água, 2000.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1988

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Afrontamento, 1989.

_____. *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1997.

TELLES, Vera. *Espaço Público e espaço privado na construção do social*; notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Revista Tempo Social*, 1 semestre de 1990.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. Ano VIII, nº 17, novembro de 1998.